

Relatório de Atividades 2018

Direção-Geral de Política Externa

Título: Relatório de Atividades 2018

Autoria: Direção-Geral de Política Externa

Contributos: Unidades orgânicas da DGPE

Data de edição: abril 2019

Largo do Rilvas

1399-030 Lisboa

Telefone: +351213946203/18/372

1. Introdução

O objetivo principal do presente relatório é representar sucintamente as atividades desenvolvidas pela Direção-Geral de Política Externa (DGPE) e avaliar os resultados obtidos no ano de 2018.

Relações Bilaterais / Assuntos Regionais

Médio Oriente e Magrebe

Acompanhámos o relacionamento bilateral com os países do Magrebe, Médio Oriente e Golfo, procurando sempre analisar igualmente a situação interna, a vertente externa e a dimensão regional de cada um dos países.

Magrebe

A relação com os países do Magrebe manteve-se como uma prioridade da nossa Política Externa.

Mantivemos uma participação ativa no Diálogo 5+5, ao nível da preparação e acompanhamento da XIV Reunião de Ministros de Negócios Estrangeiros (Argel, 20 e 21 de janeiro), e do apoio à preparação da II Reunião de Ministros da Cultura (Lisboa, 21 de setembro) e da X Reunião de Ministros dos Transportes (Nouakchott, 12 de dezembro).

Prosseguimos o aprofundamento das relações bilaterais políticas e económicas com os países da região, nomeadamente através da preparação e acompanhamento da 5.ª Cimeira bilateral de Chefes de Governo com a Argélia (Lisboa, 3 de outubro) e da prossecução operacional das conclusões das Cimeiras com Marrocos e a Tunísia do ano anterior. Preparámos ainda as visitas de S. Ex.^a o Presidente da Assembleia da República ao Reino de Marrocos e à Tunísia (fevereiro) e as visitas a Lisboa do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Tunísia (10 de julho) e do Presidente da Câmara dos Representantes do Reino de Marrocos (25 e 26 de outubro). Concretizou-se ainda a reunião de Consultas Políticas com a Argélia, a nível de diretores-gerais (21 de março de 2018). Seguimos, igualmente com atenção, a evolução da situação na Líbia, procurando apoiar a ação da UE e os esforços do RESGNU Salamé e da UNSMIL.

Médio Oriente e Golfo

Continuámos a acompanhar o Processo de Paz no Médio Oriente.

Demos seguimento ao trabalho de aprofundamento do relacionamento bilateral com o Egito, com destaque para a visita de Sua Excelência o Presidente da República ao Egito, em abril de 2018. Foi dado um novo impulso às relações com a Jordânia, através da realização da primeira ronda de consultas políticas bilaterais, em Amã, a 5 de abril de 2018. Acompanhámos a evolução da situação política e securitária interna no

Líbano, particularmente os efeitos de contágio da crise regional e as tentativas de resolução do prolongado impasse político no seguimento das eleições de maio 2018.

No que à região do Golfo diz respeito, mantivemos abertos os canais de diálogo com o Irão, assegurando a realização das consultas políticas Portugal-Irão a nível DGPEs (Lisboa, 29 de novembro).

Contribuímos para as discussões das diversas instâncias do Conselho da UE, especialmente no que diz respeito à situação na Síria e no Iémen. Participámos na reunião ministerial da Coligação Global para a Derrota do ISIS e de Apoio ao Iraque, no Kuwait, em fevereiro.

Acompanhámos os desenvolvimentos relevantes das situações políticas e económicas da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos, em preparação do trabalho de natureza bilateral que está em curso.

África Subsariana

Angola

Num contexto de assinalável melhoria das relações bilaterais luso-angolanas, promovemos e maximizámos o relacionamento bilateral através da preparação, acompanhamento e seguimento de visitas oficiais, nomeadamente de S. Ex.^a o Primeiro-Ministro a Angola em setembro e do Presidente João Lourenço a Portugal em novembro, para além dos contributos para outras visitas bilaterais a nível político.

Dentro do quadro relacional conhecido, empenhámo-nos em procurar dinamizar os mecanismos de diálogo e coordenação político-diplomática entre os dois países, designadamente a realização de uma reunião de Consultas Políticas, que tiveram lugar em Luanda a 11 de junho de 2018.

Acompanhámos a negociação dos vários instrumentos jurídicos bilaterais que foram assinados à margem destas visitas, dos quais se destaca a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e o Acordo de Serviços Aéreos, também já aprovados na nossa ordem jurídica interna. Acompanhámos a primeira reunião do Observatório dos Investimentos, bem como outros fóruns de diálogo bilateral setorial.

Continuámos a acompanhar, com particular atenção, a situação das empresas portuguesas em Angola, designadamente o processo de certificação de dívidas, bem como os esforços de cooperação multissetorial, sem deixar de apoiar o aprofundamento de relações comerciais mutuamente benéficas. Seguimos de forma atenta e analítica as várias dinâmicas do relacionamento bilateral e da política interna angolana, a subsequente evolução política e o respetivo impacto no relacionamento entre os dois países.

Cabo Verde

Potenciámos o relacionamento bilateral através da preparação, acompanhamento e seguimento de visitas bilaterais, desde logo a visita do Ministro dos Negócios

Estrangeiros (janeiro), do Secretário de Estado da Internacionalização (outubro) e da SENEAC (janeiro de 2019).

Guiné-Bissau

Mantivemos um diálogo permanente com as organizações internacionais com especiais responsabilidades na Guiné-Bissau (UE, CPLP e ONU), procurando assegurar que o país recebesse um adequado nível de visibilidade e apoio, num momento de transição política. O assunto foi também abordado com numerosos parceiros bilaterais. S. Exa. o Primeiro-Ministro recebeu o seu homólogo guineense, Aristides Gomes, em junho de 2018. Em julho realizaram-se consultas diplomáticas, a nível de Diretores-Gerais, em Bissau. Portugal participou na preparação das eleições legislativas guineenses, originalmente previstas para novembro, através da doação de materiais de voto.

Moçambique

Promovemos a maximização do relacionamento bilateral através da preparação e acompanhamento de deslocações de carácter bilateral a Moçambique. Destaca-se a realização da III Cimeira Luso-moçambicana (5 e 6 de julho de 2018), que constituiu o corolário de um processo de reforço das relações bilaterais e foi marcada pela assinatura de dez instrumentos, incluindo o Acordo Administrativo relativo à Convenção de Segurança Social, de grande importância para a comunidade portuguesa em Moçambique. De relevar, ainda, as visitas de S. Exas. SECP (abril 2018) e SEI (agosto/setembro 2018, por ocasião da FACIM).

São Tomé e Príncipe

Preparámos, acompanhámos e assegurámos seguimento de visitas bilaterais a S. Tomé, sendo de relevar, a realização da visita oficial de SEXA o Presidente da República (fevereiro).

Contribuímos para o encontro que a SENEAC teve com os Ministros das Finanças dos PALOP, à margem do AfricanInvestmentForum.

Diligenciámos a conclusão dos processos de aprovação e ratificação de Acordos e Convenções bilaterais, em articulação com as autoridades de São Tomé e Príncipe.

África do Sul

Acompanhámos os vários temas na agenda bilateral com Pretória, assinalada em 2018 pela apresentação de credenciais pelo Embaixador Cansado Carvalho em janeiro. Preparámos e acompanhámos a visita de S. Ex.^a o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas à RAS entre 18 e 22 de outubro, bem como de S. Ex.^a a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, entre 6 e 10 de novembro.

Botsuana

Acompanhámos o relacionamento bilateral com Gaborone e preparámos a visita de S. Ex.^a a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação ao Botsuana, a 8 de novembro.

Suazilândia

Acompanhámos o relacionamento bilateral com Mbabane e preparámos, na perspetiva político-diplomática, a visita de S. Ex.^a o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas à Suazilândia em outubro.

Zimbabué

Acompanhámos o relacionamento bilateral e os desenvolvimentos na situação política interna no Zimbabué, também numa ótica europeia. Preparámos, na vertente político-diplomática, bilateral, os encontros do Vice-Presidente KemboMohadi com Sua Excelência o Presidente da República e com S. Ex.^a o Ministro dos Negócios Estrangeiros, em fevereiro último.

Etiópia

Destaca-se a visita de S. Exa. SENEK a Adis Abeba, em março de 2018. Acompanhada pelo Dr. António Vitorino, a visita teve como principal objetivo promover a candidatura deste último ao cargo de Diretor-Geral da OIM, tendo para o efeito decorrido reuniões com os Comissários dos Assuntos Políticos e de Paz e Segurança da UA e com a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros etíope.

Quénia

Acompanhámos o reforço das relações bilaterais entre Portugal e o Quénia, acompanhando e preparando a visita de S. Ex.^a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação a Nairobi, entre 10 e 12 de junho. Neste contexto, conduzimos e acompanhámos as negociações de vários instrumentos jurídicos bilaterais em negociação, dos quais se destacam o Acordo de Cooperação, a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e o Acordo de Serviços Aéreos.

África Ocidental

No que respeita a outros países da África Ocidental, de registar que S. Exa. a SENEK se deslocou em visita oficial à Costa do Marfim, em abril de 2018.

Golfo da Guiné

Acompanhámos e participámos ativamente nas discussões multilaterais sobre esta sub-região africana, capitalizando e dando visibilidade aos resultados da Presidência Portuguesa do Grupo do G7 dos Amigos do Golfo da Guiné (G7++FoGG), que

assegurámos em 2016, bem como ao nível dos contactos bilaterais com países da região e outros atores relevantes. Entre 6-7 de dezembro de 2018 Portugal participou numa reunião do Grupo dos Amigos do Golfo da Guiné que teve lugar em Abidjan.

Sahel

Contribuímos para o processo de reflexão sobre a representação diplomática de Portugal nos países do Sahel, que culminou na nomeação do nosso Representante Especial para o Sahel, Embaixador José Fernando Moreira da Cunha.

Acompanhámos as várias reuniões sobre o Sahel em que o Embaixador José Fernando Moreira da Cunha esteve presente, prestando apoio na sua preparação.

Parceria UE-África

Empenhámo-nos no exercício de seguimento da Cimeira de Abidjan, promovendo uma agenda positiva e a consolidação de um modelo de diálogo político regular e cooperação entre parceiros iguais, com um cada vez maior envolvimento da sociedade civil e do setor privado, quer do lado europeu quer africano. Preparámos, ainda, a participação de S.Exa. MNE no Fórum África-Europa organizado pela Presidência austríaca do Conselho da UE, que decorreu em Viena em 17 e 18 de dezembro.

Ásia e Oceânia

O relacionamento bilateral com a China foi marcado pela visita de Estado do Presidente Xi Jinping a Portugal em dezembro, ocasião em que foi reforçada a Parceria Estratégica Global de 2005, por via da adoção de uma Declaração Conjunta. Foram também assinados 17 instrumentos bilaterais, que contribuem para intensificar a cooperação em diversas áreas.

No contexto da preparação desta visita, os contactos bilaterais foram intensificados sendo de destacar a visita do Conselheiro de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, a Lisboa, em maio, e a visita de S. Exa. o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal à República Popular da China, em outubro, onde manteve encontros institucionais e empresariais em Pequim, Cantão - onde inaugurou o Consulado-Geral de Portugal - e na Região Autónoma Especial de Macau (RAEM). No quadro desta visita, realizou-se a 10ª Comissão Mista Económica Portugal-China, presidida por S. Ex^a o Secretário de Estado da Internacionalização, bem como a 5ª reunião da Comissão Mista Portugal-RAEM, copresidida por S.Exa. o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Também S. Ex^a o Presidente da Assembleia da República realizou uma visita à República Popular da China, em novembro.

Procurámos reforçar a relação com o Japão, apoiando a deslocação de S. Ex^a o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas e de S. Ex^a o Secretário de Estado da Internacionalização àquele País, na semana de 28 de janeiro a 2 de fevereiro, vocacionada para a atração do investimento. Apoiámos a deslocação a Portugal, em novembro último, de uma missão da associação empresarial japonesa Keidanren, que

foi recebida por S. Ex^a. o Primeiro-ministro e S. Ex^a. o Secretário de Estado da Internacionalização.

Prosseguimos a consolidação do nosso relacionamento com a República da Coreia, contribuindo para a visita a Portugal, em janeiro último, do anterior Presidente da Assembleia Nacional da República da Coreia, Chung Sye-Kyun, que se encontrou com S. Ex^a o Presidente da Assembleia da República e com S. Ex^a. o Primeiro-ministro. Contribuímos para a realização, em fevereiro, em Lisboa, da 5.^a Reunião da Comissão Mista Económica Portugal-República da Coreia, e para a realização, em maio, em Seul, das 5.^{as} Consultas Políticas com a República da Coreia, copresididas por S. Ex^a a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, que teve ainda uma reunião com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cho Hyun.

Acompanhámos os desenvolvimentos da situação da Península Coreana, um ponto recorrente nas ordens de trabalhos de encontros mantidos ao longo do ano, e contribuímos para os esforços internacionais com vista à desnuclearização completa, verificável e irreversível daquela península. O Governo Português saudou os resultados das Cimeira de Panmunjeon, de Pyongyang e de Singapura, que contribuíram para uma redução do nível de tensão na Península Coreana. Portugal manteve a suspensão do seu relacionamento diplomático com a RPDC, decidida em julho de 2017.

Sudeste Asiático

Preparámos o encontro de S. Ex^a. a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação com a MNE da Indonésia, em Bali, em outubro. Preparámos a visita de uma delegação parlamentar daquele país, que se deslocou a Portugal, em abril, tendo sido recebida pelo Senhor DGPE.

Acompanhámos a evolução da situação de política interna na Tailândia, pugnando pelo restabelecimento dos contactos políticos com aquele país, o que ficou consagrado nas Conclusões do Conselho de Negócios Estrangeiros da UE, em dezembro de 2017. A primeira visita bilateral de Alto Nível foi efetuada por S.Exa. o Ministro Adjunto do Primeiro Ministro, em junho, por ocasião da inauguração das comemorações dos 500 anos do Pacto de Amizade e Comércio entre Portugal e o Reino do Sião. Preparámos a visita a Portugal de uma delegação tailandesa, em maio, que pretendia conhecer a nossa política em relação aos cuidados a prestar a pessoas idosas.

Contribuímos para a preparação do encontro entre S.Exa. o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Vice-Primeiro Ministro para os Assuntos Económicos do Vietname, em Lisboa, em janeiro. Apoiámos a preparação do encontro entre S. Ex^a. o Primeiro-ministro e o seu homólogo de Singapura à margem da 12.^a Cimeira da ASEM, em Bruxelas, em outubro, assim como o encontro entre S. Ex^a. a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus e o MNE do Vietname, na mesma ocasião.

Acompanhámos a evolução da situação interna no Mianmar, incluindo a situação dos refugiados Rohingya. Acompanhámos igualmente as eleições e a evolução da situação interna no Camboja.

Ásia do Sul

Prosseguimos o desenvolvimento do nosso relacionamento bilateral com os países da Ásia do Sul. Com a Índia, contribuímos para a preparação: i) da primeira visita a Portugal, em fevereiro, de uma delegação do Governo do Estado de Goa; ii) da deslocação, em junho, de S. Ex^a. o Secretário de Estado da Internacionalização ao país, acompanhado de missão empresarial; iii) da visita à Índia, em setembro/outubro, de S. Ex^a. o Ministro do Ambiente; e iv) do encontro, em outubro, de S. Ex^a. o Primeiro-ministro com o Vice-Presidente da Índia, em Bruxelas, à margem da 12^a Cimeira da ASEM.

Preparámos a realização das segundas Consultas Políticas com o Paquistão, em Islamabad, em janeiro, ocasião em que foi assinado um MdE sobre Consultas Bilaterais, e contribuímos para a preparação do encontro bilateral entre S.Exa. a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e uma Senadora paquistanesa, membro dos Comités do Senado sobre Negócios Estrangeiros, e Direito e Justiça, em Genebra, em fevereiro.

Participámos na preparação da visita a Portugal do MNE do Nepal, em julho, ocasião em que foi assinado o MdE sobre o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Bilaterais.

Contribuímos para a preparação do encontro entre S.Exa. SEAE e o MNE do Bangladeche, à margem da 12^a Cimeira da ASEM, em Bruxelas, em outubro, bem como para as primeiras Consultas Políticas com este país, em Lisboa, em dezembro.

Preparámos a visita a Portugal do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Sri Lanka, em setembro.

Acompanhámos a evolução da situação no Afeganistão e participámos na reunião do Grupo de Contacto Internacional para o Afeganistão, em Baku. Contribuímos para a preparação do encontro bilateral entre MNEs à margem da AGNU, em Nova Iorque, em setembro.

Assegurámos a participação de Portugal no processo ASEM, participando nas reuniões de Altos Funcionários (SOM) em Zurique, Viena, Tóquio e Bruxelas, bem como contribuindo para a preparação da 12^a Cimeira ASEM, que se realizou na capital belga, em outubro.

Mantivemos a relação privilegiada com Timor-Leste e aprofundámos a cooperação no domínio político e diplomático, designadamente no apoio à sua adesão à ASEAN e à OMC. Valorizámos o importante trabalho realizado no quadro do g7+. Cumpre destacar a visita de S. Ex^a a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação a Timor-Leste, em outubro, que constituiu a primeira deslocação um Membro do Governo Português àquele país, após a entrada em funções do VIII Governo Constitucional. Apoiámos a preparação da visita do Vice-Presidente do Camões, IP, a Timor-Leste, em setembro, no âmbito das negociações do novo PEC.

Oceânia

Promovemos o relacionamento bilateral com os países da Região, designadamente com a Austrália - onde reside uma considerável comunidade de origem portuguesa -, e com a Nova Zelândia. Privilegiámos a intensificação do ritmo dos contactos políticos e económicos com os referidos países. Contribuímos para preparação da visita de S. Ex^a. o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas à Austrália e Nova Zelândia, em março, para a visita do Presidente do Parlamento neozelandês a Portugal, em abril, bem como para a visita ao nosso país, em julho, do Governador-Geral da Austrália, chefiando uma missão do *European Australian Business Council*.

América

América do Norte

O ano de 2018 foi muito profícuo no que concerne ao relacionamento entre Portugal e os EUA, destacando-se: a comemoração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas na Costa Leste dos EUA; a iniciativa do “Mês de Portugal nos EUA”, que permitiu a realização de centenas de eventos (políticos, culturais e económicos) em variadíssimos pontos do país; o encontro de S. Ex^a o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, com o Presidente Donald Trump (Washington, 27 de junho), a deslocação de S. Ex^a o Primeiro Ministro, António Costa, à Califórnia e a Nova Iorque (11-17 de junho) e os encontros de S. Ex^a o MNE, Augusto Santos Silva, com o National Security Advisor, John Bolton e o Secretário de Estado Mike Pompeo (Washington, 21 de junho).

O dossier das Lajes e a resolução das questões ambientais na Ilha Terceira decorrentes da presença militar dos EUA mantiveram-se como aspetos centrais das relações bilaterais entre os dois países, registando-se avanços assinaláveis, tendo ficado concluídos na 40^a CBP (Lisboa, 18 de dezembro) os processos respeitantes a seis locais ambientais. Não obstante, e à semelhança do que se tem presenciado nos últimos anos, também em 2018 as partes se empenharam na contínua intensificação e diversificação do relacionamento bilateral entre Portugal e os EUA, que abrange um número crescente de áreas, setores e interlocutores. A abrangência deste relacionamento ficou bem patente na 39^a e 40^a reuniões da Comissão Bilateral Permanente (CBP) realizadas em 2018. A 40^a CBP também sinalizou o interesse dos dois países em reforçar a dimensão estratégica deste instrumento de diálogo e consulta regular.

Continuaram a decorrer, regularmente, as consultas políticas com a Embaixada dos EUA em Lisboa, lideradas pela DGPE, com a participação do MDN e do Governo Regional dos Açores. A Divisão da América do Norte (DAN) da DGPE/DSA participou ativamente nas reuniões da Comissão Técnica, presididas pelo MDN (DGRDN).

No contexto da cooperação setorial, a DAN copresidiu à 7^a reunião do Comité de Ciência, Tecnologia e Ambiente (a 29 de setembro) e organizou a 8^a reunião do Comité de Justiça e Assuntos Internos (a 29 de novembro).

O ano de 2018 foi ainda marcado pela visita de S. Ex^a o Primeiro-Ministro ao Canadá, entre 2-5 de maio, e ao México, no final do ano, para a cerimónia de tomada de posse

do Presidente Lopez Obrador e para o encerramento da Feira Internacional do Livro de Guadalajara, evento em que Portugal foi país convidado de honra, com uma forte presença multidisciplinar.

América Latina e Caraíbas

O relacionamento bilateral com a América Latina e Caraíbas manteve a intensidade crescente que o tem caracterizado nos últimos anos, nomeadamente através do reforço dos contactos políticos, pelo que assegurámos a preparação, acompanhamento e o seguimento das inúmeras visitas e encontros bilaterais, assim como a análise da situação interna e da política externa de cada um dos países. Relativamente ao Brasil, preparámos e acompanhámos várias visitas institucionais a nível político, entre as quais se destaca o encontro, em outubro, do então Chanceler Aloysio Nunes com S. Exa. MNE, no âmbito da visita do primeiro ao nosso país. São ainda de referir a visita de S. Exa. SENEC ao Brasil, em março, no decurso da qual se encontrou com o então Chanceler Aloysio Nunes à margem do Fórum Mundial da Água, bem como as deslocações de S. Exa. SECP, em abril e outubro, e a deslocação de S. Exa. SEI em maio.

Num contexto de agravamento acentuado da crise interna na Venezuela, intensificámos o acompanhamento da situação política e socioeconómica naquele país, com particular destaque para a comunidade portuguesa e luso-descendente. Neste âmbito, mantiveram-se abertos os canais de comunicação com as autoridades venezuelanas, ao nível diplomático, político e institucional. Preparámos e acompanhámos, em janeiro, o encontro entre S. Exa. MNE, acompanhado por S. Exa. SEI, e o Presidente Nicolás Maduro, assim como os trabalhos da XI Comissão de Acompanhamento realizada durante aquela visita. Foram igualmente preparados os encontros que S. Exa. MNE e o MRE da Venezuela, Jorge Arreaza, tiveram, quer à margem da 73ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro, quer à margem da XXVI Cimeira Ibero-Americana, em novembro, em La Antigua, Guatemala. Em outubro, já havíamos preparado a visita que S. Exa. o SECP realizou àquele país.

Em 2018, continuámos a reforçar o relacionamento com a Colômbia, um dos parceiros latino-americanos com os quais a aproximação bilateral tem sido mais efetiva. Em março, preparámos e acompanhámos a realização de Consultas a nível político no âmbito da deslocação àquele país de S. Exa. SENEC. Em agosto, preparámos a participação de S. Exa. MNE na cerimónia de tomada de posse do Presidente Iván Duque, assim como o encontro entre Sua Excelência o Presidente da República e o homólogo colombiano, em setembro, à margem da 73ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

Relativamente ao Equador, preparámos e acompanhámos o encontro ocorrido em novembro entre S. Exa. MNE e o seu homólogo à margem da citada Cimeira Ibero-Americana.

No caso do Paraguai, preparámos a participação de S. Exa. SENEC nas cerimónias de tomada de posse do novo Presidente, Mário Abdo Benítez, em agosto.

Quanto ao Uruguai, preparámos e acompanhámos a visita do respetivo Ministro das Relações Exteriores a Portugal, em abril, no âmbito da qual foram assinados um Memorando de Entendimento com vista à realização de consultas políticas, bem como

um Acordo para o exercício de atividades profissionais remuneradas para os membros das famílias do pessoal diplomático, administrativo e técnico das missões diplomáticas e consulares.

No que toca à Argentina, preparámos a visita de S. Exa. SENEC em março, bem como a deslocação de S. Exa. o SECP àquele país no mês de outubro.

O ano de 2018 representou um ano de consolidação do relacionamento bilateral com o Chile. Em março, preparámos a representação de Portugal na cerimónia de tomada de posse do Presidente Piñera, a qual foi assegurada por S. Exa. o Ministro-Adjunto. Em outubro, no âmbito da Visita de S. Exa. SENEC ao Chile, preparámos a 3ª edição de consultas políticas bilaterais.

Nas Caraíbas, Cuba continuou a merecer destaque. Em abril de 2018, contribuímos para a preparação da deslocação de S. Exa. o Ministro da Economia a Cuba, durante a qual foi assinado um Memorando de Entendimento no domínio da geologia e das minas e um Protocolo entre a SIBS e a Fincimex.

Em agosto de 2018, preparámos e acompanhámos a deslocação de S. Exa. o MNE ao Panamá, no âmbito da qual foi inaugurada oficialmente a nossa Embaixada na respetiva capital, e durante a qual S. Exa. MNE manteve encontros com o Presidente e a Vice-Presidente e MRE do Panamá.

Preparámos e acompanhámos a XXVI Cimeira Ibero-americana, incluindo os encontros entre Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa e os seus homólogos da Guatemala (país anfitrião), Costa Rica e Peru, assim como entre S. Exa. MNE e o MRE de El Salvador.

Com respeito às Honduras, preparámos e acompanhámos o encontro, ocorrido em maio, em Lisboa, entre S. Exa. SENEC e a Ministra das Relações Exteriores daquele país, o qual possibilitou a assinatura de um Memorando de Entendimento para o estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas e Técnicas.

No âmbito da visita oficial a Lisboa, em abril, do Vice-Ministro da Cooperação Internacional da República Dominicana, preparámos o encontro entre este e S. Exa. SENEC.

Com a Jamaica, preparámos o encontro entre S. Exa. SEAE e a Ministra dos Negócios Estrangeiros deste país, o qual teve lugar em Bruxelas, em julho, à margem da Cimeira UE-CELAC.

Europa (não UE)

Preparámos e acompanhámos encontros de Alto Nível, quer político quer de Altos Funcionários, em vista do reforço e aprofundamento das relações bilaterais com a Rússia, nomeadamente a deslocação de S. Exa. o MNE a Moscovo em fevereiro, aquando do encerramento da exposição "Senhores do Oceano: Tesouros do Império Português nos séculos XVI a XVIII" exibida no Museu do Kremlin, e a visita do MNE

russo a Portugal no dia 24 de novembro, em que se procedeu à assinatura de um Memorando de Entendimento entre os Ministérios dos Negócios Estrangeiros sobre Consultas Políticas.

Continuámos a imprimir um especial dinamismo às relações bilaterais de Portugal com a Ucrânia. Realizou-se uma nova ronda de consultas políticas, em Kiev, em março. Em Lisboa, em junho, teve lugar a 2ª sessão da Comissão Mista Bilateral, sob a égide do Ministério da Economia, em articulação com o MNE. A convite de S. Exa. o Ministro da Economia, o Primeiro Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Desenvolvimento económico e do Comércio, StepanKubiv, deslocou-se a Lisboa, em setembro. Nessa ocasião, a AICEP organizou um seminário económico, que permitiu a empresas portuguesas e ucranianas trocarem informações e experiências e identificarem oportunidades de negócio, incrementando a possibilidade de desenvolvimento do comércio entre os dois países.

Procurou-se, também, continuar a dinamizar o relacionamento bilateral com os restantes países da chamada "Parceria Oriental". Com a Geórgia, realizou-se nova ronda de consultas políticas, em Lisboa, em maio. Participámos igualmente no habitual jantar oferecido, em Nova Iorque, pelo MNE georgiano ao Diretores Políticos dos EMUE, à margem da sessão de Alto nível da AGNU. A Embaixadora de Portugal em Ankara representou Portugal na tomada de posse da nova Presidente da Geórgia, Salomé Zurabishvili, a 16 de dezembro, em Tbilissi.

O relacionamento bilateral com a Moldova conheceu um maior aprofundamento, destacando-se a realização da primeira sessão de sempre de consultas políticas com aquele país, em Chisinau, em março. Em setembro, em Nova Iorque, S.Exa. o Ministro encontrou-se com o seu homólogo moldavo, ocasião em que os dois países trocaram impressões sobre a dinamização do relacionamento bilateral, amparada pela boa integração da significativa comunidade moldava residente em Portugal.

O relacionamento bilateral com a Bielorrússia tem conhecido também um importante impulso político. Após uma ronda inaugural de consultas políticas realizada em 2017, em Minsk, realizou-se uma segunda edição, em Lisboa, em abril de 2018.

Em outubro de 2018, realizaram-se, pela primeira vez, consultas políticas com o Azerbaijão, em Lisboa, tendo aquele país, entretanto, anunciado a intenção de abrir uma Embaixada em Portugal.

As relações diplomáticas de Portugal com o Kosovo atravessam um momento de especial dinamismo, ao ter aquele país anunciado a decisão de abrir uma Embaixada residente em Lisboa, chefiada por um Embaixador extraordinário e plenipotenciário, o que permitirá intensificar a agenda bilateral. No que respeita a visitas bilaterais, destaca-se a visita do VPM/MNE BehgjetPacolli, a Lisboa, em outubro de 2018, naquela que foi a primeira visita bilateral de sempre a nível de MNE entre os dois países.

O relacionamento bilateral com o Cazaquistão tem também vindo a intensificar-se. Após uma primeira ronda de consultas políticas a nível de DGPE, em 2012, em Lisboa, decorreu uma segunda ronda, em Astana, em março de 2018.

Área Multilateral

Desenvolvimento Sustentável Ambiente, Indústria e Energia

AGENDA 2030

Portugal participou na reunião de 2018 do Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas para a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável (HLPF), em Nova Iorque. A nível da União Europeia, acompanhou e participou ativamente no Grupo de Trabalho do Conselho para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, na preparação da posição europeia no HLPF e integrando as duas Voluntary Task Forces responsáveis pelo acompanhamento de contributo da UE para o Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas para a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável e a reforma do mesmo.

Na área do Ambiente, contribuímos para a definição da Diplomacia de Clima da EU (Conclusões do Conselho de 28 de fevereiro 2018), na renovação da Diplomacia da Água da EU (Conclusões do Conselho de 19 de novembro de 2018), participámos ativamente, em coordenação com o Ministério do Ambiente, na preparação da posição nacional para a 24.ª Sessão da Conferência das partes das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CoP24-UNFCCC), que se realizou em Katowice, de 3 a 14 de dezembro de 2018, no âmbito da implementação do Acordo de Paris. Fomos ainda nomeados Co-chairs do Grupo de Trabalho Ad hoc sobre o Pacto Global do Ambiente, processo lançado pela 74ª AGNU (Res. 72/277, de maio de 2018).

Rede de Diplomacia Verde (GDN)

À semelhança de anos anteriores, Portugal participou nos trabalhos da Rede de Diplomacia Verde (GDN- Green Diplomacy Network), que se concentraram na aplicação da Diplomacia de Clima UE, na perspetiva de preparar com êxito a 24.ª Conferência das partes da Convenção- Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (como acima referido), da Assembleia do Ambiente das Nações Unidas (UNEA-3) e da COP14 da UNCB (17-29 de novembro 2018, em Sharm El-Sheik).

Assembleia da IRENA

Acompanhámos a preparação e os trabalhos da 8ª Assembleia da IRENA, que teve lugar em Abu Dhabi, de 13 a 14 de janeiro de 2018, bem como a preparação da 9ª Assembleia daquela organização internacional, que se realizou em Abu Dhabi, de 10 a 13 de janeiro de 2019.

Reunião da Conferência da Carta da Energia e Reunião Ministerial

Acompanhámos a preparação e os trabalhos da 29ª Reunião da Conferência da Carta da Energia e da Reunião Ministerial, que tiveram lugar em Bucareste, de 27 e 28 de novembro de 2018.

Reuniões informais dos Diretores UE para os Assuntos Globais

Portugal manteve a sua participação nestas reuniões, acompanhando a discussão das questões associadas à diplomacia da energia, do clima, da água, das migrações e da Agenda 2030. Será de realçar o exercício levado a cabo em 2018 que envolveu os temas habituais da Diplomacia de Clima e de Energia da UE, Diplomacia da Água e a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, Oceanos, assim como o acompanhamento das questões ambiente e sustentabilidade nos processos G7 e G20.

CPLP

Preparámos a participação nacional na XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizado em Santa Maria, Cabo Verde (17 e 18 de julho).

O papel de Portugal na promoção da Mobilidade foi reconhecido na reunião técnica conjunta sobre Mobilidade da CPLP (10 e 11 de abril) que analisou a proposta luso-cabo-verdiana intitulada: Documento de Reflexão sobre a “Residência no Espaço da CPLP”, e concluiu pela “utilidade da referida proposta, por nela se identificarem alguns avanços significativos para a mobilidade dos cidadãos da CPLP”. Foi acordado que a referida reunião técnica passaria a ter regularidade anual.

Preparámos a participação nacional nas Missões de Observação eleitoral da CPLP às eleições legislativas, autárquicas e regional em São Tomé e Príncipe (7 de outubro), bem como às eleições autárquicas em Moçambique (10 de outubro).

Conferência Ibero-americana

Preparámos a participação nacional e acompanhámos a XXVI Cimeira Ibero-americana sob a Presidência da Secretaria Pro Tempore da Guatemala, que teve lugar em Antígua em novembro de 2018. Participámos na Reunião de Coordenadores Nacionais Ibero-americanos que a antecedeu.

Em setembro, preparámos a participação no pequeno-almoço à margem da 72.ª AGNU, já tradicional na agenda dos MNEs Ibero-americanos, que tem por objetivo avançar na preparação da Cimeira seguinte.

Preparámos e acompanhámos a visita da Secretária-Geral Ibero-americana, Rebeca Grynspan, nos dias 18 a 20 de março, incluindo o pequeno-almoço de trabalho com os Embaixadores Ibero-americano em Lisboa. No dia 20 de março, a Secretária-Geral manteve encontros com Sua Excelência o Presidente da República e S. Exa. MNE.

Aliança do Pacífico

Preparámos a representação portuguesa na Reunião dos Estados Observadores da Aliança do Pacífico, que decorreu em julho em PuertoVallarta, México, assegurando a contínua visibilidade de Portugal em eventos da Aliança do Pacífico com os Estados Observadores, num contexto de aproximação daquela organização à União Europeia e ao Mercosul.

Política Externa e de Segurança Comum

Coordenámos e preparámos a participação de Portugal nos Conselhos de Negócios Estrangeiros, reuniões informais de MNE's e de Diretores Políticos e consultas políticas bilaterais em matérias PESC com Estados Membros da UE.

Coordenámos a definição de posições nacionais nas reuniões do Comité Político e de Segurança (COPS), do Grupo de Conselheiros RELEX da UE e dos Grupos de Trabalho PESC e, em cooperação com a Direção de Serviços dos Assuntos Institucionais (INS), as respostas às questões do Parlamento Europeu.

Acompanhámos a execução e adoção do Programa de Ação Anual 2018 do Instrumento para a Estabilidade e a Paz (IEP).

No que respeita ao novo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, assumimos a coordenação interna das negociações relativas ao Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, tendo ainda acompanhado as negociações do Instrumento para a Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional.

Acompanhámos os trabalhos do grupo de trabalho RELEX Sanções e, enquanto autoridade competente em matéria de medidas restritivas, prestámos assistência na implementação dos respetivos regimes, emitindo esclarecimentos e concedendo autorizações e/ou isenções relativas à sua aplicação.

Questões de Segurança e Defesa

Aliança Atlântica/OTAN

Preparámos a participação nacional na Cimeira de Bruxelas, em julho de 2018, e acompanhámos a implementação das decisões ali tomadas, quer no plano nacional quer no seio da Aliança. Preparámos as reuniões de Ministros de Negócios Estrangeiros, de abril e dezembro, bem como a visita a Lisboa do Secretário-Geral da NATO, em janeiro de 2018.

Política Comum de Segurança e Defesa da UE (PCSD)

Acompanhámos a implementação da componente de Segurança e Defesa da Estratégia Global da UE sobre a Política Externa e de Segurança, contribuindo para a preparação de posições nacionais neste âmbito, cabendo destacar o envolvimento no processo de lançamento da Cooperação Estruturada Permanente, bem como a participação ativa na elaboração da proposta de Regulamento do Fundo Europeu de Defesa e no desenvolvimento do Compacto para o reforço da vertente civil da PCSD.

Contribuímos para a divulgação, coordenação e promoção de candidaturas nacionais a vagas disponibilizadas nas Missões e Operações da UE, nas estruturas do Serviços Europeu de Ação Externa e em ações de formação relevantes.

Participámos ativamente nos grupos de trabalho e no Comité Interministerial de Alto Nível da EUROGENDFOR, cuja presidência foi assegurada, em 2018, por Portugal.

Desarmamento e Não Proliferação

Desenvolvemos e participámos em esforços, a nível nacional, da UE e de organizações multilaterais no sentido da universalização, preservação, cumprimento e reforço dos instrumentos internacionais de desarmamento, não proliferação e controlo de armamento, nomeadamente no que se refere ao Plano de Ação das Nações Unidas sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre, à Convenção das Armas Químicas e à Organização para a Proibição das Armas Químicas. Continuámos a acompanhar de perto as questões e os trabalhos relativos ao desarmamento e não proliferação no seio da ONU, nomeadamente no Conselho de Segurança, no âmbito da 1ª Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas (onde Portugal assegurou uma das vice-presidências, durante a 73ª AGNU) e na Comissão de Desarmamento, bem como os desenvolvimentos noutros fora relativos aos instrumentos internacionais nessas matérias, tais como o NPT, BTWC, CCW, CWC, CCM e a Convenção de Otava sobre minas antipessoais.

ANPAQ

Apoiámos o funcionamento da Autoridade Nacional para a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Utilização das Armas Químicas (ANPAQ), nomeadamente no controlo, preenchimento e entrega junto da Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPCW) das declarações nacionais obrigatórias no que diz respeito ao controlo de substâncias químicas, bem como a declaração dos meios disponibilizados a nível nacional para Assistência e Proteção no âmbito da OPCW. Designámos um ponto focal da Autoridade Nacional Proteção Civil para o Rapid Response Assistance and Protection Team da OPCW. Contribuímos com a divulgação e apoio aos peritos nacionais para frequência dos cursos e eventos disponibilizados pela OPCW. Acordámos com a OPCW e a Autoridade Nacional para a Proibição das Armas Químicas do Brasil a realização de um Curso conjunto para Assistência e Proteção dirigido a Países de Língua Oficial Portuguesa que se realizará em três módulos entre Brasil e Portugal (2018/2019/2020). Participámos na reunião anual de Presidentes das Autoridades Nacionais na Haia, na OPCW. Cooperámos com o Secretário Técnico da OPCW em todas as suas solicitações. Coordenámos diversas reuniões a nível nacional no âmbito das nossas competências. Representámos a ANPAQ em diversos eventos. Acompanhámos os assuntos ao abrigo da Convenção e da Autoridade Nacional para efeitos do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares (ANTPEN).

OSCE

Contribuímos para a preparação da participação nacional na reunião de Diretores Políticos da OSCE, que teve lugar em Roma, em outubro, e no Conselho Ministerial de Milão, em dezembro.

Contribuímos para a preparação da participação nacional na reunião informal de Diretores Políticos da OSCE em Roma a 8 de outubro. Promovemos, em articulação com o MDN, o cumprimento dos compromissos nacionais no quadro dos instrumentos e regimes de transparência e de confiança militar (CSBM) no quadro da OSCE. Preparámos a participação de S. Exa. SENEK na Conferência do Mediterrâneo em Málaga de 25 e 26 de outubro com os parceiros para a cooperação do Mediterrâneo.

Preparámos a participação de S. Exa. SENEK no Conselho Ministerial de Milão de 6 e 7 de dezembro. Assegurámos a representação nacional no GT COSCE.

Questões Multilaterais

Nações Unidas

Preparámos a participação de S. Exa. SENEK no Evento de Alto Nível do Presidente da 72.^a AGNU sobre a Sustentação da Paz (24-25 abril).

Preparámos a participação de Sua Excelência o Presidente da República na semana do debate geral da 73.^a AGNU e promovemos as prioridades da UE contribuindo para uma maior coerência e eficácia da ação externa da UE no plano multilateral. Assegurámos a representação nacional no GT CONUN.

Contribuímos para a divulgação, coordenação e promoção de candidaturas nacionais a vagas disponibilizadas nas Operações de Manutenção da Paz da ONU.

UNESCO

Acompanhámos os trabalhos da UNESCO em estreita articulação com a Comissão Nacional da UNESCO e com os ministérios setoriais relevantes.

Preparámos a participação nacional nos trabalhos do Conselho Executivo da UNESCO.

Conselho da Europa

Apoiámos o aprofundamento da cooperação entre o Conselho da Europa e outras organizações internacionais, em especial na UE mas também na ONU e na OSCE.

Continuámos a promover a consolidação do processo de redinamização do Centro Norte Sul.

Preparámos a participação de S. Exa. a SENEK na Sessão Ministerial do Conselho da Europa, que decorreu em maio, em Elsinore, Dinamarca.

No âmbito da Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH) articulámos a apresentação e consideração do primeiro Relatório Nacional sobre a execução da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul). O relatório nacional foi remetido ao Grupo de Peritos para o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (GREVIO) que recebeu uma delegação de representantes nacionais, em fevereiro 2018, para um diálogo interativo. Após uma visita a Portugal para avaliação da situação no terreno, foi apresentado o relatório final do GREVIO em julho de 2018.

Também no âmbito da CNDH, coordenámos a elaboração e apresentação do 4.º Relatório da Convenção Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais.

À semelhança dos anos anteriores Portugal continuou, durante 2018, a promover a ratificação, implementação e reporte das Convenções Internacionais de Direitos

Humanos, no seio do Conselho da Europa. Executámos os procedimentos necessários para a vinculação a instrumentos jurídicos do Conselho da Europa. Foram concluídos os processos de ratificação relativos ao Protocolo adicional à Convenção sobre os Direitos Humanos e a Biomedicina referente aos testes genéticos para fins relacionados com a saúde; ao Acordo Europeu relativo às pessoas intervenientes em processos do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH); e à Convenção sobre a primeira abordagem integrada da segurança e dos serviços por ocasião dos jogos de futebol e outras manifestações desportivas.

OCDE

Portugal manteve um relacionamento intenso com a OCDE, tendo estado representado, ao mais alto nível, na generalidade das reuniões Ministeriais daquela OI, além de participar nos principais Projetos Horizontais da OCDE.

Presidimos a reuniões de coordenação interministerial com vista à preparação da reunião anual do Conselho da OCDE de nível Ministerial, que conta com a participação de S. Exa. os Ministros dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e da Economia. Nesse sentido destacamos:

1) A MCM de 2018 (30-31 de maio) que teve por tema o Multilateralismo, sob presidência francesa. A abertura dos trabalhos foi assegurada pelo Presidente Macron. Pela primeira vez, o texto da Declaração incluiu um ponto relativo a África, fruto do empenho de Portugal nas instâncias OCDE, para dinamizar as relações com aquele continente, designadamente com a região subsariana. Durante a Ministerial, dois novos países aderiram à OCDE – a Lituânia e a Colômbia, ampliando-se assim a relevância económica e geográfica da Organização;

2) A Reunião do Grupo de Estratégia Global (GSG no acrónimo inglês) da OCDE, no final de novembro, onde Portugal esteve representado pelo Senhor Sub-DGPE, para participar no debate em torno da inovação, que serviu de antecâmara ao tema da MCM de 2019, sobre a transformação digital.

Candidaturas a Organismos Internacionais

Continuamos a promover a candidatura de Portugal a um lugar de membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mandato 2027-28.

Em novembro de 2018 formalizámos a recandidatura do Dr. José Manuel Santos Pais ao Comité de Direitos Humanos (2021-24), cujas eleições terão lugar em junho de 2020.

Coordenámos as candidaturas nacionais a organismos internacionais, destacando-se como principal sucesso neste plano a eleição do Dr. António Vitorino ao cargo de Diretor-Geral da Organização Internacional para as Migrações (OIM), cujas eleições tiveram lugar a 29 junho de 2018.

Apresentámos a recandidatura de Portugal ao Conselho Executivo da Organização Mundial do Turismo (OMT), cujas eleições terão lugar em maio de 2019.

Direitos Humanos

No quadro das Nações Unidas, assegurámos a participação nacional, enquanto observadores, no Conselho de Direitos Humanos (CDH), órgão das Nações Unidas do qual fomos membros durante o triénio 2015-2017.

Na 37^a sessão do CDH (23 de fevereiro a 23 de março), Portugal apresentou a tradicional resolução omnibus sobre a realização dos direitos económicos, sociais e culturais, uma vez mais adotada por consenso e com elevado número de copatrocinios. Portugal fez ainda parte do core group da resolução sobre drogas e direitos humanos e da resolução sobre direitos humanos e a aplicação da Agenda 2030.

Ainda durante a 37.^a sessão do CDH, Portugal negociou novamente, em nome da UE, a resolução de iniciativa do Grupo Africano sobre o mandato de Perito Independente sobre os direitos humanos das pessoas com albinismo que procedeu, por consenso, à renovação do mandato em questão por mais três anos.

Na 38^a sessão do CDH (18 de junho a 6 de julho de 2018), Portugal apresentou a tradicional resolução sobre o direito à educação, bem como, juntamente com Moçambique, Brasil, Tailândia e Colômbia, a resolução sobre direitos humanos no contexto do VIH e da SIDA. Ambas as resoluções foram aprovadas por consenso e com um elevado número de copatrocinios.

Assegurámos a Vice-Presidência e Secretariado Executivo da CNDH, presidida por S. Exa. a SENEK, tendo organizado três reuniões plenárias, uma das quais em formato alargado à sociedade civil.

No quadro da CNDH, coordenámos e acompanhámos as visitas a Portugal de representantes de várias instâncias internacionais de direitos humanos, designadamente do Subcomité para a Prevenção da Tortura e outros Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes das Nações Unidas (SPT), em maio de 2018, bem como a visita do Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Água Potável e ao Saneamento, em janeiro de 2018 (vide capítulo C sobre o Conselho da Europa supra).

No âmbito da CNDH, demos início à preparação do 3^o Exame Periódico Universal sobre a situação de direitos humanos nacional a realizar em 2019, com destaque para a sessão interativa agendada para 8 de maio de 2019. Coordenámos ainda a elaboração de os relatórios nacionais de implementação do Pacto Internacional sobre Direitos Políticos e Civis, Convenção dos Direitos da Criança e a Convenção contra a Tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes das Nações Unidas.

Participámos, em novembro de 2018, num seminário regional na cidade da Praia, em Cabo Verde, dirigido aos países CPLP sobre a Revisão Periódica Universal e o ODS 16+ sobre Inclusão e Direitos Humanos, organizado pelo Escritório da Alta Comissária para os Direitos Humanos.

Contribuímos para a implementação da nova estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-30 Portugal + Igual, aprovada em Conselho de Ministros a 11 de janeiro de 2018. Contribuímos também para a implementação do II Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança e para a elaboração do III Plano Nacional de Ação da referida Resolução, aprovado a 24 de janeiro de 2019 em Conselho de Ministros.

No âmbito da nossa Diplomacia Pública para os Direitos Humanos, participámos na organização de diferentes atividades destinadas a tornar público o trabalho desenvolvido pelo Estado Português em prol da defesa e da promoção dos Direitos Humanos. Cumpre destacar o evento-debate intitulado “Portugal e os Direitos Humanos: Balanço, Perspetivas e Desafios” que se realizou a 7 de fevereiro de 2018 no MNE. O evento em apreço pretendeu divulgar e refletir criticamente sobre a especificidade do primeiro mandato nacional no CDH, exercido entre 2015 e 2017, bem como sobre os duradouros desafios que se colocam ainda à plena realização dos direitos humanos nos planos interno e internacional. Nessa ocasião, foi ainda apresentado o Livro “Portugal e os Direitos Humanos nas Nações Unidas”, no qual diplomatas e peritos nacionais de direitos humanos analisam momentos e instâncias relevantes da participação portuguesa no sistema de direitos humanos das Nações Unidas desde o pós-25 de abril à atualidade.

Participámos, por fim, às Comemorações dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 40 anos da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, tendo sido criado, por Resolução do Conselho de Ministros 48/2018, de 30 de abril, um Grupo de Trabalho Interministerial para o efeito. Sob o lema “livres e iguais”, o programa das comemorações visou aproveitar as duas efemérides para promover a consciência pública da importância decisiva dos direitos humanos numa sociedade livre e democrática, tanto ao nível da opinião pública em geral, como em relação a alvos privilegiados, como as crianças e a população jovem.

Oceanos

Durante o ano, foram sendo realizadas consultas para concretizar objetivo de acolher, em Lisboa, a Conferência dos Oceanos 2020, destinada a mobilizar apoio à implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14, no seguimento da Conferência de 2017. No final de 2018, colaborámos na definição do projeto de Resolução da AGNU que será adotado para o efeito durante o primeiro trimestre de 2019.

Acompanhámos o processo de avaliação da proposta portuguesa de extensão da plataforma continental por parte da Comissão de Limites da Plataforma Continental, tendo a CLPC reunido por 3 vezes durante o ano (46^a, 47^a e 48^a Sessões).

Acompanhámos a 24^a Sessão da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA 24, realizada de 16 a 20 de julho de 2018, em Kingston), e respetivas reuniões do Conselho e da Assembleia. Os delegados à reunião do Conselho trataram de várias questões de fundo, incluindo projetos de regulamentação sobre mineração de fundo marinho e modelos para um sistema de pagamento financeiro. A Assembleia adotou o Plano Estratégico para 2019-2023 e o orçamento para 2019-2020.

Participámos de forma ativa no Comité Preparatório da negociação de um Acordo de Implementação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar sobre a Utilização Sustentável da Biodiversidade Marinha em Áreas para Além da Jurisdição Nacional, cujas conclusões conduziram à adoção de uma Resolução AGNU convocando uma Conferência Intergovernamental. No seguimento, participámos na primeira sessão da CIG-BBNJ, realizada em Nova Iorque (4-17 de setembro de 2018).

Acompanhámos a 11ª Sessão do Grupo de Trabalho Ad hoc do Processo Regular (23 e 24 de agosto 2018, Nova Iorque), incumbido de preparar a segunda edição do World Oceans Assessment (WOA), tendo diversos peritos nacionais participado nos seminários regionais (in loco ou por videoconferência) que foram sendo organizados ao longo do ano, no contexto deste processo da AGNU.

Acompanhámos as consultas para a Resolução Omnibus sobre Oceanos e Direito do Mar, adotada pela AGNU em dezembro de 2018 (Resolução 73/124, de 31 de dezembro).

Por último, Portugal é um forte apoiante e tem estado ativamente envolvido com a COI-UNESCO na preparação do plano e roteiro para a agora proclamada Década das Nações Unidas sobre Ciência dos Oceanos para o Desenvolvimento (anunciada em dezembro de 2017), desde o seu início e, durante 2018, nas fases de desenvolvimento.

Migrações

Acompanhámos as negociações e a aprovação do Compacto Global para os Refugiados, que foi adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro.

Acompanhámos o processo de conclusão da negociação do Compacto Global para as Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares e preparámos a participação de S. Exa. o Primeiro Ministro na Conferência Intergovernamental que teve lugar em Marraquexe nos dias 10 e 11 de dezembro para a adoção do Compacto. Promovemos com sucesso a candidatura do Dr. António Vitorino a Diretor-Geral da OIM, mandato 2018-2022, cujas eleições tiveram lugar em junho de 2018.

Assuntos Humanitários

Assegurámos o acompanhamento do Programa nacional de Reinstalação de refugiados em estreita coordenação com o ACNUR e as entidades nacionais competentes.

Terrorismo

Promovemos a participação de peritos nacionais em missões técnicas organizadas ao nível da UE, do CdE e da OSCE. Articulámos e acompanhámos as questões relacionadas com o financiamento do terrorismo e branqueamento de capitais no âmbito do Grupo de Ação Financeira e Internacional (FATF/GAFI). Assegurámos a representação nacional no GT COTER (Vertente externa do terrorismo) e no GT sobre Medidas Restritivas Terrorismo (COMET).

Preparámos a participação de S. Exa. a SENEC na reunião Ministerial da Coligação Global anti-ISIS que teve lugar a 13 de fevereiro, no Kuwait, e de S.Exa. o MNE na reunião Ministerial da Coligação Global anti-ISIS, que teve lugar a 12 de julho, em Bruxelas, à margem da Cimeira da NATO. Participámos no Grupo de Trabalho sobre Combatentes Terroristas Estrangeiros da Coligação anti-ISIS.

AIEA

No quadro da AIEA, Portugal cumpriu o seu mandato no Conselho de Governadores da Agência, nomeadamente tendo a preocupação de manter colaboração estreita com as instituições portuguesas que desenvolvem atividade nesta área. Regista-se, ainda, a visita a Portugal do Diretor Geral da Agência, Yukiya Amano, no mês de abril de 2018. Manteve-se o acompanhamento ao Diálogo Informal entre Estados costeiros e Estados transportadores marítimos.

Drogas

Assegurámos e articulámos a representação e as posições nacionais nos fora internacionais, nomeadamente a nível da UE e do UNODC. Articulámos as respostas nacionais aos questionários do Órgão Internacional de Controlo de Estupefacientes (INCB). Participámos nas reuniões do Grupo Horizontal de Drogas do Conselho da UE (GHD), juntamente com o Ministério da Saúde. Participámos nas reuniões do Grupo de Dublin, da Comissão de Estupefacientes e nos diálogos de peritos com países/ grupos terceiros. Acompanhámos os trabalhos relativos a políticas de drogas produzidos no âmbito da ONU, da OMS, da CDH e da OSCE. Participámos nas reuniões da Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do uso nocivo do Álcool. Consolidámos a posição nacional no MAOC-N (Centro Operacional de Combate ao Narcotráfico no Atlântico), com sede em Lisboa, acompanhando os seus trabalhos, em articulação com a Polícia Judiciária.

Tráfico de Seres Humanos

Assegurámos, em articulação com o Relator Nacional para o TSH, a representação nacional nas diversas reuniões das Nações Unidas, CdE e OSCE.

Coordenámos, em articulação com o Relator Nacional, a resposta nacional ao questionário do Relatório do Departamento de Estado dos EUA (TIP Report)

Participámos no Grupo de Trabalho de Apoio à Entidade Coordenadora do IV Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (IV PNPCTSH),

Assegurámos e coordenámos a resposta do MNE para o relatório nacional sobre a implementação do IV PNPCTSH.

Nesta introdução foram mencionadas apenas algumas das muitas atividades desenvolvidas pela DGPE que serão detalhadamente abordadas neste relatório.

A DGPE procura anualmente cumprir e superar todos os objetivos a que se propõe tendo que enfrentar desafios diários, como as limitações orçamentais, a redução e rotatividade de recursos humanos, bem como adaptar-se a fatores externos que condicionam o cumprimento das atividades previstas.

Em termos globais a taxa de realização final da DGPE em 2018 foi de 108,93%, com uma avaliação final de 4,90, numa escala de 0 a 5, o que representa uma manutenção dos bons resultados que temos vindo a alcançar nos últimos anos.

Num total de 10 indicadores a DGPE superou 9 e cumpriu 1.

Este resultado é fruto do forte empenho e da capacidade de resposta de todos os trabalhadores desta Direção-Geral.

Face à apreciação global do trabalho desenvolvido propõe-se que seja atribuída à DGPE a menção de desempenho "Bom".

Lisboa, 8 de abril de 2019

O Diretor-Geral

(Pedro Costa Pereira)

O Subdiretor-Geral

(João Pedro Antunes)

A Subdiretora-Geral

(Ana Paula Moreira)

O Subdiretor-Geral

(Francisco Alegre Duarte)

2. Missão

A DGPE é, de acordo com o Decreto regulamentar n.º11/2012, de 19 de janeiro, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 3/2018, de 25 de janeiro, um serviço central da administração direta do Estado, no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Inclui na sua missão assegurar a coordenação e decisão dos assuntos de natureza político-diplomática e económica, incluindo a Política Externa de Segurança Comum (PESC) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da União Europeia, bem como outras matérias no domínio da segurança e defesa, e questões bilaterais e multilaterais de natureza política, económica, científica e técnica, contribuindo, desse modo, para uma visão global e integrada das diferentes matérias relevantes para a definição e execução da política externa portuguesa.

3. Atribuições

A DGPE prossegue as seguintes atribuições:

- a) Assegurar genericamente as funções de coordenação político-diplomática, bem como a coordenação interministerial no tratamento de todas as questões de política externa, no âmbito das suas competências, por forma a garantir a necessária coerência e unidade da ação externa do Estado;
- b) Assegurar a coordenação interministerial de todas as visitas bilaterais ao nível político e económico no âmbito das suas competências;
- c) Estudar, emitir pareceres, decidir ou apresentar propostas de atuação sobre todos os assuntos atinentes às matérias da sua competência;
- d) Recolher informação, analisar e apresentar propostas de atuação sobre assuntos de particular relevância político-diplomática;
- e) Acompanhar e assegurar a participação em organismos internacionais, designadamente os que assumem carácter estratégico no âmbito da atividade externa do Estado;
- f) Assegurar a representação do MNE nas comissões interministeriais e outros organismos nacionais quando as atribuições destes abrangem questões de natureza política e económica, no âmbito das suas competências;
- g) Assegurar a presidência das comissões e delegações de carácter político e económico, que caiba ao MNE, no domínio das suas atribuições;

- h)* Garantir, a nível nacional, o desenvolvimento das ações necessárias à aplicação da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD);
- i)* Orientar e coordenar a participação nacional na Organização das Nações Unidas e instituições especializadas;
- j)* Orientar e coordenar a participação nacional na Organização do Tratado do Atlântico Norte, na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa e no Conselho da Europa;
- l)* Orientar e coordenar a participação nacional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- m)* Assegurar o apoio necessário à Autoridade Nacional para a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Utilização das Armas Químicas (ANCPAQ) e à Autoridade Nacional para efeitos do Tratado de Proibição Total de Ensaio Nucleares (ANTPEN);
- n)* Orientar e coordenar a participação nacional nas cimeiras ibero-americanas;
- o)* Coordenar a condução e a promoção das candidaturas nacionais às organizações internacionais, no âmbito das suas competências;
- p)* Recolher informações sobre a realidade política nas diferentes regiões e países não membros da União Europeia e assegurar a atualização de elementos sobre essa mesma realidade;
- q)* Contribuir para a diplomacia económica definida pelo Governo, em articulação com o membro do Governo responsável pela área da economia e com os outros departamentos, serviços ou organismos sectoriais competentes;
- r)* Assegurar a cooperação entre os outros serviços, organismos e estruturas do MNE e a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E. (AICEP, E. P. E.);
- s)* Assegurar a coordenação com os outros departamentos, serviços ou entidades públicas de todos os assuntos de carácter económico, técnico ou científico cuja decisão vincule o Estado Português;
- t)* Preparar, coordenar e assegurar a transmissão das instruções que, na área das suas atribuições, devam ser enviadas às embaixadas, missões e representações permanentes, missões temporárias e postos consulares de Portugal;
- u)* Prestar apoio técnico em matéria de definição e estruturação das políticas, prioridades e objetivos do MNE, bem como acompanhar e avaliar a execução das políticas e programas do Ministério;

v) Apoiar a definição das principais opções em matéria orçamental, bem como assegurar a articulação entre os instrumentos de planeamento, de previsão orçamental e de reporte;

x) Analisar, em colaboração com o Ministério da Defesa Nacional, os pedidos de entidades estrangeiras para a utilização do espaço aéreo, bases militares e aeroportos portugueses por aeronaves militares e ou de Estado e propor superiormente a respetiva autorização diplomática;

z) Analisar, em concertação com outros ministérios e entidades públicas e privadas, os pedidos para entrada e pesquisa em águas territoriais portuguesas por navios militares e oceanográficos e propor superiormente a respetiva autorização.

4. Competências

Para além da Missão e Atribuições da DGPE atrás identificadas, que em si apontam já, de forma detalhada, para as competências globais desta Direção-Geral, importa ainda descrever as competências do Diretor-Geral, vertidas igualmente na lei orgânica da DGPE.

Compete assim ao Diretor-Geral *a)* Dirigir e coordenar as atividades de natureza político-diplomática no âmbito do MNE; *b)* Assegurar a coordenação com os outros departamentos, serviços ou entidades públicas de todos os assuntos de carácter económico, técnico ou científico cuja decisão vincule o Estado Português; *c)* Propor as ações tendentes ao desenvolvimento e à execução das grandes linhas da política externa portuguesa, no âmbito das atribuições da DGPE; *d)* Convocar e presidir às reuniões do Conselho Coordenador Político – Diplomático nas ausências ou impedimentos do secretário-geral, ou em urgentes matérias político-diplomáticas; *e)* Convocar e presidir às reuniões da Comissão Interministerial de Política Externa e proceder à adequada difusão das iniciativas aí anunciadas e ou de outras decisões ou questões relevantes; *f)* Preparar, coordenar e assegurar a transmissão de instruções aos serviços internos e serviços periféricos externos.

Além disso, compete ainda ao DGPE, por delegação de S. Exa MNE¹, com faculdade de subdelegação:

¹ Despacho n.º 8006/2017, de 14 de agosto de 2017, publicado no DR, 2.ª série, n.º 178, de 14 de setembro de 2017. A competência descrita no ponto 1 deste documento foi subdelegada pelo DGPE nos Subdiretores Gerais de Política Externa, através do n.º 2 do Despacho n.º 10965/2018 de 26 de novembro de 2018. A competência descrita no ponto 2 deste documento foi subdelegada pelo DGPE nos Subdiretores Gerais de Política Externa, através do n.º 4 do Despacho referido anteriormente.

1. a) Pronunciar-se, no seguimento de solicitação do Ministério da Defesa Nacional, sobre a oportunidade e conveniência dos atos de intermediação de bens e tecnologias militares do ponto de vista de política externa;

b) Pronunciar-se, no seguimento de solicitação do Ministério da Defesa Nacional, sobre a oportunidade e conveniência das seguintes operações do ponto de vista da política externa:

i) Estabelecer, por acordo com as entidades competentes de outros países, a aceitação de encomendas de bens e tecnologias militares para execução pela indústria nacional de armamento;

ii) Autorizar as empresas nacionais a aceitar as encomendas, referidas na alínea anterior, com destino a outros países e autorizar a exportação, reexportação e o trânsito de bens e tecnologias militares;

iii) Sancionar a exportação de bens e tecnologias militares alienados pelas Forças Armadas ou pelas forças de segurança;

c) Emitir parecer vinculativo, no seguimento de solicitação da Polícia de Segurança Pública, nos termos do disposto no artigo 60.º, n.º 7, da Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 50/2013, de 24 de julho, sobre o cumprimento pelo país de destino dos critérios previstos na posição comum n.º 2008/944/PESC, do Conselho, de 8 de dezembro, que define regras comuns aplicáveis ao controlo das exportações de tecnologia e equipamento militares.

2. Autorizar os pedidos de entidades estrangeiras para entrada de navios de guerra estrangeiros em território nacional, operação de aeronaves de Estado estrangeiras em território nacional e a entrada, movimentação e permanência em território nacional de forças estrangeiras que se desloquem por via terrestre, bem como a entrada e pesquisa em águas territoriais portuguesas por navios oceanográficos, nos termos do Decreto-lei n.º 2/2017, de 6 de janeiro, e no âmbito do previsto nas alíneas x) e z) do n.º 2 do Decreto Regulamentar n.º 11/2012, de 19 de janeiro.

5. Estrutura Orgânica

A DGPE é dirigida por um Diretor-Geral, coadjuvado por três Subdiretores-Gerais, estruturando-se, de acordo com a Portaria n.º 31/2012, de 31 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 94/2014 de 11 de fevereiro, em oito Unidades Orgânicas Nucleares:

- Direção de Serviços dos Assuntos Políticos Europeus (DS APE);
- Direção de Serviços para os Assuntos de Segurança e Defesa (DS DSD);

- Direção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais (DS SPM);
- Direção de Serviços das Organizações Económicas Internacionais (DS SEM);
- Direção de Serviços da África Subsariana (DS SAS);
- Direção de Serviços do Médio Oriente e do Magrebe (DS MOM);
- Direção de Serviços das Américas (DS DSA);
- Direção de Serviços da Ásia e da Oceânia (DS SAO).

As DS DSD, SPM, SEM e, nalgumas matérias, a APE desempenham funções sobretudo no âmbito multilateral, sendo as competências das DS SAS, MOM, DSA e SAO de natureza predominantemente geográfica/bilateral. A APE tem também uma componente bilateral.

Além disso, a DGPE é constituída por 17 unidades orgânicas flexíveis:

Direções de Serviço	Divisões
Assuntos Políticos Europeus	<ul style="list-style-type: none"> • Política Externa e de Segurança Comum • Assuntos Bilaterais
Assuntos de Segurança e Defesa	<ul style="list-style-type: none"> • Organização do Tratado do Atlântico Norte • Política Comum de Segurança e Defesa • Desarmamento e Não-Proliferação de Armas Ligeiras e de Destrução Maciça
Organizações Políticas Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Assuntos Relativos às Nações Unidas • Direitos Humanos • Organizações Políticas Regionais e das Questões Transnacionais
Organizações Económicas Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente, da Energia, do Desenvolvimento Sustentável e das Organizações Económicas, Técnicas e Científicas • Assuntos do Mar, dos Assuntos Multilaterais Económicos e Financeiros do Desenvolvimento, da Agricultura, da Saúde e do Trabalho
África Subsariana	<ul style="list-style-type: none"> • Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e da África Austral • Questões Pan-Africanas e da África Ocidental, Central e Oriental
Médio Oriente e do Magrebe	<ul style="list-style-type: none"> • Relações Bilaterais com os Países do Magrebe/Maxerreque e Diálogos do Mediterrâneo
Américas	<ul style="list-style-type: none"> • América do Norte • América Latina e Caraíbas
Ásia e Oceânia	<ul style="list-style-type: none"> • Relações Bilaterais com os Países da Ásia e das Organizações Multilaterais Asiáticas
	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

A Divisão da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) não está integrada nas Unidades Orgânicas Nucleares.

As direções de serviço da DGPE disponibilizam o apoio necessário à Unidade de Sobrevoos e Escalas Navais (USEN), nas respetivas áreas de competência.

A este propósito importa recordar que à USEN compete: - analisar os pedidos de entidades estrangeiras para a utilização do espaço aéreo, bases militares e aeroportos portugueses por aeronaves de Estado; - analisar os pedidos para a entrada e utilização das áreas marítimas e portos portugueses por parte de navios estrangeiros militares, oceanográficos ou outros e propor superiormente a sua autorização; - obter as autorizações de sobrevoos/aterragem para as missões das aeronaves de Estado portuguesas, bem como solicitar autorização para a entrada em águas e portos estrangeiros de navios de Estado e navios de guerra portugueses.

Funcionam junto da DGPE:

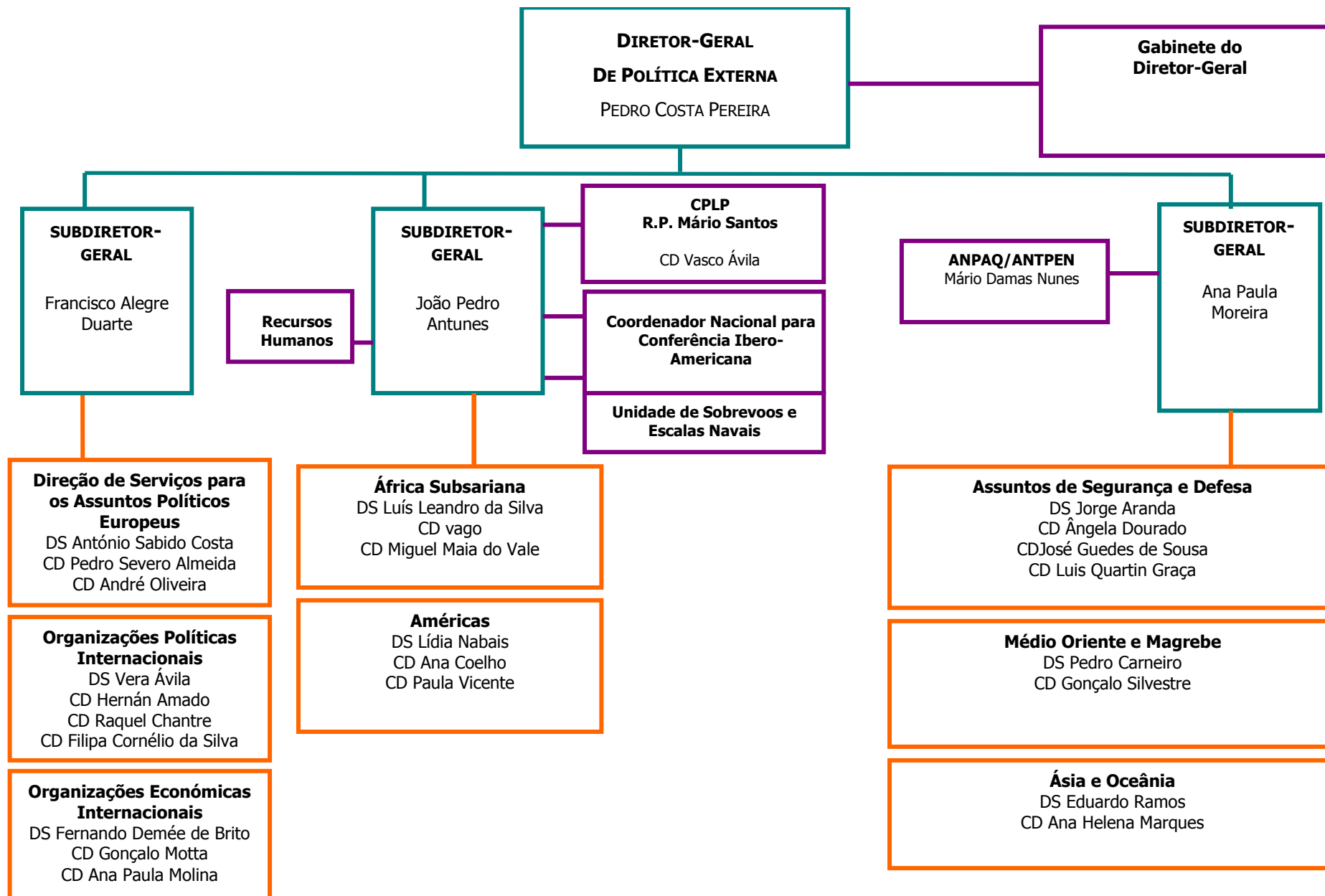
- a) A Comissão Interministerial de Política Externa², com funções de coordenação ao nível técnico, das intervenções dos restantes ministérios no âmbito das relações internacionais, visando a ação unitária e coerente do Estado Português na ordem internacional;
- b) A Autoridade Nacional para a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Utilização das Armas Químicas³;
- c) A Autoridade Nacional para efeitos do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares⁴.

Para melhor ilustração, deixa-se na página seguinte a estrutura orgânica da DGPE em formato de organigrama.

² A CIPE tem as seguintes competências: a) Contribuir para a coordenação estratégica da ação externa, promovendo a troca de informações entre os diferentes departamentos governamentais responsáveis pelo acompanhamento e tratamento das questões internacionais; b) Contribuir para a definição das posições negociais nacionais, assegurando a coordenação interministerial; c) Contribuir para a coordenação de agendas de visitas a Portugal e ao exterior, bem como o estabelecimento de orientações concertadas e a definição das posições portuguesas junto dos diferentes organismos internacionais; d) Contribuir para a avaliação das atividades desenvolvidas no plano externo, ao nível bilateral e multilateral, dos vários ministérios no âmbito das relações internacionais; e) Assegurar a articulação da negociação de instrumentos jurídicos que vinculem o Estado na ordem jurídica internacional, a fim de garantir a harmonia e compatibilização de todos os interesses nacionais nela envolvidos; f) Coordenar e ponderar as candidaturas nacionais a organismos internacionais. A CIPE integra os dirigentes máximos dos seguintes serviços: a) Direção-Geral de Política Externa; b) Serviço responsável pelo acompanhamento e tratamento das questões internacionais de cada um dos Ministérios setoriais, incluindo as áreas departamentais da Presidência do Conselho de Ministros; c) Agência para o Investimento e Comércio externo de Portugal, E.P.E. (AICEP, E.P.E.); d) Turismo de Portugal, I.P. O Presidente da CIPE é o Diretor-geral de Política Externa, que é substituído nas suas ausências e impedimentos por um dos subdiretores-gerais de Política externa por ele designado.

³ A Autoridade Nacional para a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Utilização das Armas Químicas tem por missão a ligação direta com a Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) e com os outros Estados Partes para garantir o cumprimento das obrigações decorrentes da referida Convenção.

⁴ A Autoridade Nacional para efeitos do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares tem por missão a ligação direta com a organização do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares e com os Estados Partes para garantir o cumprimento das obrigações decorrentes da ratificação do referido Tratado.



DS – Diretor de Serviços
CD – Chefe de Divisão

6. Autoavaliação

Neste capítulo procedemos à análise do desempenho da Direção-Geral de Política Externa, para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, à luz dos requisitos do artigo 15.º da lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro de 2007, do Anexo A do Documento Técnico n.º 1 de 2010, de 4 de março de 2010, do Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços (CCAS) e dos 11 critérios da matriz de excelência, adotados na mesma data.

O relatório de atividades foi elaborado com base nos contributos preparados pelos funcionários de pelouro e respetivas chefias.

6.1 Reformulação de objetivos, indicadores e metas

Em 2018 foram efetuadas duas monitorizações ao QUAR nos meses de junho e setembro. Estas monitorizações foram antecedidas de reuniões de monitorização com cada uma das unidades orgânicas da DGPE, estas reuniões permitiram proceder a uma avaliação intercalar e ponderada dos objetivos estratégicos e operacionais estabelecidos para 2018.

A monitorização, que visa acompanhar o grau de execução do QUAR e ponderar a eventual revisão dos seus vários itens em função das contingências ao nível político e administrativo que impossibilitem ou tornem desnecessárias a prossecução dos objetivos previstos e /ou que aconselhem a sua reformulação total ou parcial, permitiu verificar que não houve a necessidade de se efetuarem alterações aos objetivos, indicadores e metas do QUAR previstas para 2018.

6.2 QUAR-Resultados Globais

No Anexo I apresentam-se o QUAR de 2018 com os resultados globais e os desvios obtidos.

6.3 Objetivos Operacionais (eficácia, eficiência e qualidade)

- Análise dos Resultados Alcançados

Para 2018, foram definidos para a DGPE três objetivos estratégicos:

OE.1- Reforçar as relações bilaterais no plano político e económico e contribuir para a promoção do multilateralismo efetivo;

OE.2- Assegurar os mecanismos de coordenação, de recolha de informação, e de reflexão, com vista a reforçar a sua qualidade no processo decisório político diplomático e económico;

OE.3- Garantir o desenvolvimento das ações necessárias à aplicação da PESC e da PCSD;

Foram igualmente definidos 8 objetivos operacionais:

- 3 objetivos de eficácia, com 4 indicadores
- 2 objetivos de eficiência, com 2 indicadores
- 3 objetivos de qualidade, com 4 indicadores

Objetivos Operacionais	Indicadores	Classificação	
Eficácia	1.Preparar de forma adequada e atempada, as cimeiras, reuniões ministeriais e consultas políticas	1.Taxa de execução das reuniões de preparação e/ou coordenação interministerial e interdepartamental previstas	Superou
	2. Assegurar, em colaboração com os restantes serviços do MNE e outros ministérios, a coordenação, definição e transmissão de instruções ou outros elementos a enviar às missões diplomáticas, no âmbito de competências da DGPE	2. N.º de Contributos	Superou
		3. Taxa de execução das comunicações previstas	Superou
		3. Assegurar a participação de Portugal no processo de construção europeia na sua área de competência	4. N.º de Coreus
Eficiência	4. Assegurar o cumprimento do prazo de resposta às solicitações	5. Percentagem de solicitações (pastas) respondidas dentro do prazo	Superou
	5. Garantir a coordenação da vertente PESC	6. Percentagem de instruções (COPS) enviadas dentro do prazo	Superou
Qualidade	6. Melhorar a clareza e a síntese dos textos sobre matérias de foro-diplomático	7. Grau de adequação dos textos	Superou
	7. Garantir a satisfação dos utilizadores	8. Nível de satisfação dos utilizadores	Superou
	8. Assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a qualificação, a capacitação e satisfação dos colaboradores	9. Taxa de execução do plano de formação aprovado	Superou
		10. Nível de satisfação dos colaboradores	Cumpriu

A taxa de realização global alcançada foi de 108,93%, com uma avaliação global de 4,9. Em cada um das dimensões (Eficácia, Eficiência e Qualidade) a avaliação foi respectivamente 5;5 e 4,6. Dos 10 indicadores a DGPE superou 9 e cumpriu 1, tendo mantido os resultados alcançados em 2017.

7. Caracterização socioprofissional da DGPE em 2018

O Decreto-lei n.º 190/96, de 9 de outubro, determina que se no termo de cada ano civil, os serviços da administração pública central tiverem no mínimo 50 funcionários ao serviço, devem efetuar anualmente o Balanço Social com referência a 31 de dezembro do ano anterior.

O decreto regulamentar n.º 11/2012 de 19 de janeiro, que estabelece a missão e atribuições da DGPE refere, no seu artigo 10.º, que o apoio em matéria administrativa e financeira cabe ao Departamento Geral de Administração da Secretaria- Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Por sua vez através da Portaria nº 33/2012, de 31 de janeiro de 2012, o legislador define a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e dos serviços que a integram.

No seu artigo 5.º alínea **g)**, menciona-se que *"À Direção de Serviços de Recursos Humanos (DSRH), compete: Elaborar, em colaboração com os restantes serviços e organismos, o balanço social do Ministério;"*

Incluimos neste relatório alguns indicadores que nos fornecem um conjunto de informações que caracterizam a nível socioprofissional esta Direção-Geral em 2018.

Painel de Indicadores de Gestão

Rácios	Fórmula	Indicador
Taxa de feminização	Total dos efetivos do sexo feminino/Total de efetivos*100	55.36%
Taxa de masculinização	Total dos efetivos do sexo masculino/Total de efetivos*100	44.64%
Taxa de formação superior	Total de efetivos com Doutoramento+ Mestrado+ Licenciatura/ Total de efetivos*100	80.36%
Taxa de escolaridade 11-12 anos	Total de efetivos com escolaridade = 11-12 anos/Total de efetivos*100	13.39%
Taxa de escolaridade 9 anos	Total de efetivos com escolaridade = 9 anos/Total de efetivos*100	3.57%
Taxa de escolaridade ≤ 6 anos	Total de efetivos com escolaridade ≤ 6 anos/Total de efetivos*100	0.89%

Trabalhadores por grupo/cargo/carreira

Grupo/ Cargo/ Carreira	N.º	%
Dirigente Superior (4 c. Diplomática; 0 regime geral)	4	3,57
Dirigente Intermédio (23 c. Diplomática; 2 regime geral)	25	22,32
Diplomatas	33	29,46
Técnicos Superiores	28	25
Assistentes Técnicos	18	16,07
Assistentes Operacionais	4	3,57
Total	112	100

A 31 de dezembro de 2018 existiam 29 cargos dirigentes, 4 de direção superior, 1 de 1º grau e 3 de 2º grau, 25 de direção intermédia, sendo que 8 são de direção intermédia de 1º grau e 17 de direção intermédia de 2º grau.

Em relação à distribuição dos efetivos por carreira, os diplomatas são o grupo mais representativo com 29,46%, seguido dos técnicos superiores com 25% e dos assistentes técnicos com 16,07%.

A carreira menos representada é a dos assistentes operacionais contando apenas com 4 funcionários, 3,57%.

Por estrutura jurídica

Do universo dos/as 112 trabalhadores/as, 29 exerciam funções em Comissão de Serviço no âmbito da LVCR, 49 em regime de contrato de trabalho em funções públicas, 23 diplomatas em regime de nomeação definitiva e 11 diplomatas em regime de nomeação transitória por tempo determinado.

Distribuição dos efetivos por género

Recursos Humanos	Dirigentes (superiores e intermédios 1º e 2º grau)	Diplomatas	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Total
Homens	19	24	6	0	1	50
Mulheres	10	9	22	18	3	62
Total	29	33	28	18	4	112

Do total de efetivos, 62 são do sexo feminino e 50 do sexo masculino.

Com exceção dos cargos dirigentes e da carreira diplomática, há uma predominância em todas as carreiras do sexo feminino.

Efetivos por escalão etário

Escalão etário	Total	%
20-24	1	0,89
25-29	6	5,36
30-34	10	8,93
35-39	8	7,14
40-44	17	15,18
45-49	20	17,86
50-54	12	10,71
55-59	19	16,96
60-64	12	10,71
65-69	7	6,25
Total	112	100

O escalão etário onde se regista maior número de funcionários (as) é o compreendido entre os 45-49 anos, com 17,86%, seguido pelo escalão entre os 55-59 com 16,96% e pelo escalão entre os 40-44 com 15,18%. Os escalões menos representados são em simultâneo entre os 50-54 anos e os 60-64 anos, com 10,71% cada, os 30-34 anos com 8,93%, os 35-39 anos com 7,14%, os 65-69 anos com 6,25%, os 25-29 anos com 5,36% e os 20-24 anos com 0,89%.

Efetivos de acordo com as habilitações literárias

Habilitações Literárias	N.º	%
4 anos escolaridade	2	1,79
6.º ano	1	0,89
9.º ano	4	3,57
11º ano	5	4,46
12.º ano	10	8,93
Licenciatura	65	58,04
Mestrado	23	20,54
Doutoramento	2	1,79
Total	112	100

A licenciatura é o grau académico mais representado na DGPE, com 65 dos efetivos, 58,04%.

A percentagem de efetivos com habilitação superior- doutoramento, mestrado e licenciatura é de 80,37%.

A habilitação a seguir mais representada é a respeitante ao mestrado, que é detida por 20,54% do total dos funcionários.

Segurança e Saúde

1. Acidentes em serviço

Durante o ano de 2018 foi registado 1 acidente em serviço.

2. Ações de medicina no trabalho

Não se realizou em 2018 qualquer ação de formação ou sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho.

3. Disciplina

Não temos conhecimento se foi instaurado, nem se está a decorrer, qualquer processo disciplinar na DGPE.

4. Portadores de Deficiência

Existem na DGPE dois funcionários portadores de deficiência.

8. Avaliação Global

Este relatório pretende refletir todas as atividades e todo o trabalho desempenhado ao longo do ano transato por esta Direção-Geral, tendo a consciência de que é muito difícil registar e contabilizar todo o impacto da nossa atuação. A Política Externa é uma das políticas setoriais do Governo cuja execução está mais dependente de fatores imprevisíveis, decorrentes nomeadamente de situações de crises internacionais (de natureza política, económica, humanitária e militar) que não controlamos.

A DGPE no quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) propôs-se cumprir oito objetivos para o ano de 2018, tendo estes oito objetivos sido medidos através de dez indicadores.

Da análise dos resultados constata-se que a DGPE superou nove e cumpriu um, obtendo um excelente resultado tal como em 2017.

A DGPE obteve a avaliação final de 4,9 (Eficácia- 5; Eficiência-5; Qualidade-4,6) numa escala de 0 a 5, a taxa de realização foi de 108,93%.

O plano de atividades foi cumprido na totalidade, tendo sido realizadas mais atividades do que aquelas que estavam inicialmente previstas, a taxa de realização do plano de atividades foi de 101%.

Estes resultados demonstram o empenho de todos aqueles que fazem parte desta Direção-Geral.

13.1 Menção proposta pelo dirigente máximo do serviço

Face ao exposto o Diretor-Geral de Política Externa propõe para 2018 a menção de desempenho "**Bom**" para a Direção-Geral, pela qualidade e quantidade do trabalho realizado que ficou demonstrado no QUAR, com uma avaliação final de 4,9 e uma taxa de realização de 108,93%, mas sobretudo pelas evidências comprovadas neste relatório.

QUAR 2018											
Ministério dos Negócios Estrangeiros											
DIREÇÃO-GERAL DE POLÍTICA EXTERNA											
MISSÃO											
Assegurar a coordenação da ação externa do Estado nos assuntos de natureza político-diplomática e económica, incluindo os respeitantes à Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da União Europeia, bem como noutras matérias no domínio da segurança e defesa, e em questões bilaterais e multilaterais de natureza política, económica, científica e técnica contribuindo, desse modo, para uma visão global das diferentes matérias relevantes para a definição e execução da política externa portuguesa.											
Objetivos Estratégicos											
OE 1: Reforçar as relações bilaterais no plano político e económico e contribuir para a promoção do multilateralismo efetivo											
OE 2: Assegurar os mecanismos de coordenação, de recolha de informação, e de reflexão, com vista a reforçar a sua qualidade no processo decisório político diplomático e económico.											
OE 3: Garantir o desenvolvimento das ações necessárias à aplicação da PESC e da PCSD;											
Objetivos Operacionais											
EFICÁCIA											45,0%
O1. Preparar de forma adequada e atempada, as cimeiras, reuniões ministeriais e consultas políticas (OE1)											Ponderação: 50,0%
Indicadores	2015	2016	2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 1. Taxa de execução das reuniões de preparação e/ou coordenação interministerial e interdepartamental previstas	91,8%	96,3%	95,6%	80%	5%	96,3%	50%	90,3%	106,2%	Superou	6,2%
Ind 2. Nº de Contributos	3026	3486	3547	3038	273	4139	50%	3904	117,9%	Superou	17,9%
											Ponderação: 25,0%
O2. Assegurar, em colaboração com os restantes serviços do MNE e outros ministérios, a coordenação, definição e transmissão de instruções ou outros elementos a enviar às missões diplomáticas, no âmbito de competências da DGPE (OE1).											
Indicadores	2015	2016	2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 3. Taxa de execução das comunicações previstas	84,5%	93,5%	94,2%	80%	5%	93,5%	100%	89%	104,7%	Superou	4,7%
											Ponderação: 25,0%
O3. Assegurar a participação de Portugal no processo de construção europeia na sua área de competência (OE3)											
Indicadores	2015	2016	2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 4. Nº de Coreus	95	92	91	81	16	95	100%	100	103%	Superou	3,1%
											30,0%
EFICIÊNCIA											
O4. Assegurar o cumprimento do prazo de resposta às solicitações (OE2)											Ponderação: 50,0%
Indicadores	2015	2016	2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 5. Percentagem de solicitações (pastas) respondidas dentro do prazo	100%	100%	100%	85%	5%	100%	100%	100%	111,1%	Superou	11,1%
											Ponderação: 50,0%
O5. Garantir a coordenação da vertente PESC (OE3)											
Indicadores	2015	2016	2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 6. Percentagem de instruções (COPS) enviadas dentro do prazo	100%	100%	100%	85%	5%	100%	100%	100%	111,1%	Superou	11,1%
											25,0%
QUALIDADE											
O6. Melhorar a clareza e a síntese dos textos sobre matérias de foro político-diplomático (OE2)											Ponderação: 30,0%
Indicadores	2015	2016	2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 7. Grau de adequação dos textos	4,78	4,35	4,73	4,0	0,5	4,78	100,0%	4,62	102,7%	Superou	2,7%
											Ponderação: 30,0%
O7. Garantir a satisfação dos utilizadores (OE1, 2 e 3)											
Indicadores	2015	2016	2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 8. Nível de Satisfação dos Utilizadores	4,48	4,29	4,66	3,5	0,5	5	100,0%	4,59	114,8%	Superou	14,1%
											Ponderação: 40,0%
O8. Assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a qualificação, capacitação e satisfação dos colaboradores (OE2)											
Indicadores	2015	2016	2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 9. Taxa de execução do plano de formação aprovado	88,9%	92,3%	97,4%	80%	5%	100%	50,0%	97,0%	114,1%	Superou	14,1%
Ind 10. Nível de Satisfação dos Colaboradores	3,86	3,91	3,97	3,5	0,5	5	50,0%	3,66	100%	Cumpriu	0%
Os objetivos mais relevantes são: O1, O2 e O3											
Recursos Humanos - 2018		Pontuação			Pontos Planeados			Pontos Executados		Desvio	
Dirigentes - Direção superior		20			80			80		0	
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa		16			400			400		0	
Diplomata		12			420			396		-24	
Técnico Superior		12			384			336		-48	
Assistente Técnico		8			144			144		0	
Assistente Operacional		5			20			20		0	
Total					1448			1376		-72	
Nº de Efetivos no Serviço		31-12-2015		31-12-2016		31-12-2017		31-12-2018			
Nº de efetivos a exercer funções no Serviço		108		112		108		112			
Recursos Financeiros (euros) - 2018							Orçamento		Realizado		Desvio
Orçamento Funcionamento											
Aquisição de bens e serviços											
Despesas com o Pessoal											
Transf. no âmbito das AP											